

TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA E A SOBRECARGA FEMININA

Cinthy Karina Ventura de Macêdo - UFCG

cinthya.karina@estudante.ufcg.edu.br

Luciana Leandro da Silva - UFCG

luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br

Trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento do Programa de Pós Graduação em Educação da UFCG, com financiamento da CAPES e que pretende contribuir com uma pesquisa mais ampla e em rede intitulada “Observatório da Educação Básica: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente”

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou que o mundo estava passando por uma pandemia causada pela COVID-19, já que estava atingindo vários países e regiões do mundo. A pandemia trouxe grandes impactos para a sociedade, e um dos setores mais afetados foi o da educação. Para evitar a propagação do vírus, as aulas presenciais foram substituídas por aulas em meios digitais. No entanto, a maioria das professoras e professores desconheciam tais ferramentas, exigindo preparação e conhecimento tecnológico e didático.

Diante disso, houve um aumento do tempo dedicado ao trabalho, em razão da necessidade de capacitação para um novo modelo de ensino. Todavia, essa capacitação imediata não ocorreu. Um estudo realizado pelo GESTRADO/UFMG em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, apontou que quase 90% dos professores não tinham experiências com aulas remotas antes da pandemia e que quase 42% não possuíam formação para tal (Gestrado, 2020). Soma-se a isso o agravamento das desigualdades sociais e a precariedade que afetam as escolas da rede pública, muitas das quais não possuíam estrutura para acompanhar esse novo cenário.

Essa mudança repentina no contexto da educação acarretou maior sobrecarga de trabalho, o que já era comum na rotina de professores/as, que tem como exigência competências que não se restringem apenas a sala de aula, incluindo as relações com a comunidade, planejamento pedagógico, participação nos conselhos, etc., e ainda se sentem responsáveis pelo desempenho dos alunos e da escola (Assunção; Oliveira, 2009). Em se tratando de um contexto pandêmico, essas exigências foram maiores, sendo que 82,4% dos docentes afirmaram que houve um aumento na quantidade de horas designadas

para a preparação de aula (Oliveira; Pereira Junior, 2020).

A feminização do trabalho docente no Brasil é parte de um processo histórico mais amplo e complexo e foi detalhadamente estudado por Hypolito (2020). Teve início no século XX e está diretamente relacionado ao processo de industrialização do país, à luta das mulheres pelo direito à participação na vida política e econômica da sociedade e também à cultura machista e patriarcal que, naquele momento, permitia às mulheres o exercício de tarefas mais ligadas à maternidade e ao ambiente doméstico. A realidade atual nos aponta para a predominância de docentes do gênero feminino na educação básica - cerca de 80% (Araújo; Pinho; Masson, 2019) - que faz levar em consideração que o aumento das exigências e da jornada de trabalho para essas profissionais durante a pandemia gerou também maior sobrecarga, algo que já está posto diante da dupla/tripla jornada de trabalho feminina, as quais além de trabalharem na escola, também são responsabilizadas pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos. A desigualdade na divisão das tarefas em decorrência da sociedade patriarcal contribuiu para que houvesse maior dificuldade em conciliar essas atividades, principalmente por seu trabalho ter sido deslocado para o ambiente doméstico (Brito; Fernandes; Santana, 2020).

Leão *et al.* (2020) mencionam que as mulheres dedicam mais horas ao trabalho não remunerado, principalmente as que têm crianças pequenas. Antes da pandemia, os dados do IBGE já apontavam a diferença entre homens e mulheres quanto ao tempo total semanal dedicado ao trabalho remunerado somado aos afazeres domésticos - mulheres: 53,6 horas semanais; homens: 46,1 horas semanais (Araújo; Pinho; Masson, 2019).

De acordo com a pesquisa intitulada “SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém no período da pandemia; 41% afirmaram que estavam trabalhando mais e 37% relataram serem as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico. Ainda foi citado que o trabalho não remunerado dificulta o remunerado (Leão *et al.*, 2020). Esses dados corroboram com uma pesquisa realizada sobre o trabalho remoto de professoras/es da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que contou com maior participação de pessoas do gênero feminino (50,4%), na qual 57,3% dos profissionais relataram desempenhar cuidados especiais com crianças e idosos, algo que afeta mais as mulheres do que os homens, intensificando durante a pandemia, contribuindo também para o deterioramento das condições de trabalho e de saúde dessas docentes (Corteletti; Silva; Silva, 2023).

Há uma naturalização da sobrecarga feminina, utilizando a justificativa de que é inato da mulher realizar várias tarefas ao mesmo tempo, pois as mesmas sempre dão conta de tudo. Porém, essa habilidade foi desenvolvida devido a uma imposição social, na qual a mulher foi colocada em uma posição de cuidadora devido a crença em um “instinto materno”, que na realidade não existe. Em consequência disso, as mulheres se sobrecarregam e a sua saúde mental é afetada, o que é evidenciado no estudo de Rangel (2022), o qual apontou que as mulheres são maioria nos serviços de saúde mental, são as que mais fazem uso de psicofármacos, além do aumento no diagnóstico de ansiedade e depressão nas mulheres em razão da sobrecarga.

Outra questão nítida nas pesquisas, foi a falta de respeito ao horário de descanso da docente, pois como o trabalho estava sendo realizado na sua residência, a mesma deveria estar sempre à disposição. Comprovada em Brito, Fernandes e Santana (2020), na qual as professoras citaram não haver uma rotina de trabalho, ficando disponíveis os três turnos para conseguir manter o contato com o maior número de famílias. Essa mesma questão foi levantada pelos/as docentes da UFCG, que mencionaram a falta de limites entre as atividades profissionais e domésticas, realizando trabalho nos finais de semana e feriados (Corteletti; Silva; Silva, 2023).

Compreende-se que mesmo com a declaração do final da pandemia e o retorno das aulas presenciais, as professoras permanecem atendendo às demandas de gestores, alunos e familiares, fora do horário de trabalho, tornando-se um hábito herdado do período pandêmico, considerando a sobrecarga como parte da rotina, por isso a relevância de seguir aprofundando os estudos acerca da precarização das condições de trabalho e de saúde das professoras no pós-pandemia

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, Sup 1, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BYh8RV9xyw6N6kdJSqqHkLg/?lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila. Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, Vol. 30, n.107, 349-372, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fdCjfWkF8XYXTfyXGcgCbGL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BRITO, Tatiane Novais; FERNANDES, Marinalva Nunes; SANTANA, Jaime de Jesus. Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios. Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Vol. 5, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/10278/18034>. Acesso em 8 abr. 2023

CORTELETTI, Roseli de Fátima; SILVA, Luciana Leandro; SILVA, Filipe Gervásio Pinto. Políticas neoliberais, trabalho remoto e reflexos na saúde de docentes universitários. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, ano 33, n. 71, p. 22-37, fev/2023. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/e875e7e52fc41cc69641d6c2238fb693_1675701740.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

GESTRADO. Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Base de dados. **Trabalho docente em tempos de pandemia**. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/ResumoTecnico_PesquisaTrabalhoDocenteECovid_07julho.pdf. Acesso em: 7 mai. 2023.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. 2. ed. [E-book]. São Leopoldo: Oikos, 2020.

LEÃO, Natália; MORENO, Renata; BIANCONI, Giulliana; FERRARI, Marília; ZELIC, Helena; SANTOS, Thandara. Trabalho e vida das mulheres na pandemia. In: Oliveira, Dalila Andrade; Pochmann, Marcio (Orgs). **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. 1ª ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 2020. p. 289-309.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antônio. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, Vol. 14, n. 30, p. 719–734, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1212/pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

RANGEL, Sabrina Proença Azevedo. **Saúde mental, onde se colocam as questões de gênero?** Mulheres cisgênero na saúde mental. 2022. 73 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.